

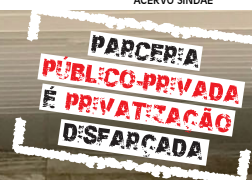


Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia

Ano XXXIII – N° 17 – 03 de junho de 2019

ACERVO SINDAC

Vencida uma batalha, a guerra continua



TRABALHADORES (AS) APROVAM ADESÃO À GREVE GERAL EM 14 DE JUNHO.

Nem deu tempo comemorar na semana passada a vitória pela “derrubada” da Medida Provisória 868, que levaria ao desmonte de saneamento. O governo e privatistas, liderados pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), estão agindo rápido e esta semana podem recolocar em tramitação uma proposta semelhante a da MP, agora sob a forma de um projeto de lei. Ou seja, foi vencida uma batalha, mas a guerra continua e a mobilização está mantida. Serão mais dias de agonia pela frente. **PÁGINA 2**

EDITAL DE CONVOCACÃO

O Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia - SINDAE, em conformidade com o Estatuto da entidade faz saber que realizará Assembleia Geral Extraordinária no próximo dia 06 de junho de 2019 (06/06/2019), às 15:00 horas, a fim de escolher os delegados/as para o 15.º CECUT e 13º CONCURT conforme pauta abaixo:

Local: Auditório do Sindae – Rua General Labatut, 65 – Barris – Salvador – BA.

Pauta: Eleição para Delegados/as e respectivos suplentes para participarem do 15.º CECUT e do 13º CONCUT (de 07 a 10 de outubro/19).

Salvador, 03 de junho de 2019.

Diretoria do Sindicato



EMBASA PAULO AFONSO

**CATEGORIA DO SANEAMENTO
APROVA ADESÃO À GREVE GERAL
NO DIA 14
PÁGINA 4**

**EMBASA ASSINA TERMO
PRORROGANDO VALIDADE DE
CLÁUSULAS ECONÔMICAS
PÁGINA 3**

SOU MAIS VELHO CHICO

#VIRECARRANCA



Batalha contra MP 868 é vitoriosa, mas governo não recua e guerra vai continuar

DIDICA VASCONCELOS

Depois de várias semanas de muita tensão em Brasília, trabalhadores (as) e dirigentes sindicais de todo o país comemoraram uma vitória: lideranças partidárias desistiram de votar a Medida Provisória 868, que abre o saneamento à privatização. A decisão saiu na última terça (28), na Câmara dos Deputados, após novo fracasso para votar a proposta do governo. Foi a vitória apenas sobre uma batalha, pois a guerra contra a privatização está longe de acabar.

A MP 868, também chamada de “MP da Sede”, perde sua validade nesta segunda (3), sem ter passado por votação, mesmo fim tido com a Medida Provisória 844, que a antecedeu. A extraordinária mobilização de trabalhadores (as), junto com deputados de oposição, governadores e prefeitos, fez o governo recuar momentaneamente até aqui. Mas já nesta terça (4) as tropas a favor da privatização voltam a campo, agora costurando um projeto de lei para forçar o desmonte do saneamento no Brasil.

No vácuo de um governo confuso, dividido e cheio de brigas internas, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), resolveu chamar para si a condução de uma proposta para entregar o sanea-



mento à iniciativa privada. Ficou de ouvir os dois lados da questão em sua casa no começo desta semana e posteriormente formar uma comissão geral, pedindo a votação do projeto de lei em regime de urgência.

Volta tudo ao começo - Como também é favorável à privatização, Maia quer discutir em torno do Projeto de Lei 3235, do deputado federal Evair de Melo (PP-ES), que

resgata praticamente todo o relatório do senador Tasso Jeressaiti, que relatou a MP 868. Ou seja, o conteúdo da medida provisória “caducada” volta à tona integralmente como projeto de lei, reiniciando a luta nos mesmos pontos e nas mesmas polêmicas.

O principal objetivo deles é “quebrar” os contratos de programa sem licitação feitos entre municípios e empresas públicas. Vai obrigar o município a fazer concessão mediante licitação, privilegiando as empresas privadas. Sem os contratos com grandes municípios, as estatais não conseguirão sobreviver, vão demitir em massa e o saneamento em municípios menores ficará seriamente prejudicado.

VITÓRIA DA MOBILIZAÇÃO –

Mesmo sabendo que o governo Bolsonaro e aliados não desistiram de esfacelar o saneamento, trabalhadores e dirigentes sindicais comemoraram o recuo na votação da MP 868. Essa vitória foi resultado da forte pressão do movimento sindical, dos parlamentares de oposição, prefeitos e de 24 governadores que sabem da consequência nefasta da privatização.

O Sindae tem mantido representantes em Brasília participando das articulações, que envolve audiências públicas, seminários, abordagem de parlamentares nos aeroportos, visitas nos gabinetes etc. Como está sendo articulada a votação de um projeto de lei, a mobilização vai continuar.

A categoria precisa estar atenta a essa luta, pois a ameaça de extinção das empresas públicas de saneamento básico é real caso a proposta seja aprovada. Vamos fortalecer a entidade que nos representa: quem ainda não é filiado procure se filiar, garantindo a sustentação dessa e de todas as nossas lutas em defesa de um saneamento universal, de qualidade e eficiente.

Maia quer “virar o jogo” para avançar na privatização

Assumindo iniciativas típicas de governo e deixando claro de que lado sempre esteve, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ) anunciou que ainda esta semana tentará um acordo entre líderes partidários para que seja votado um projeto de lei criando novas regras para o saneamento básico. Apegado a dados do saneamento básico divulgados por entidades patronais, Maia não se conforma com a retirada da pauta de votação da MP 868.

Para defender o projeto que abre o

saneamento para a privatização, Maia diz que o sistema atual foi criado durante a ditadura e que não tem dado certo. Deixa, propositalmente, de citar inúmeros avanços que o setor passou nos governos Lula e Dilma, decorrentes de investimentos recordes – em montante nunca antes ocorrido no Brasil – e na criação de novas regras jurídicas e instâncias de gestão, como a Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei 11.445/2007), criação de uma secretaria federal, conferências em todos os níveis de poder e políticas próprias.

Embasa assina compromisso prorrogando cláusulas econômicas

Finalmente, depois de várias cobranças do Sindicato, a direção da Embasa assinou na última sexta (31) o Termo de Compromisso para manutenção das cláusulas econômicas do acordo coletivo. Na prática, o documento prorroga por mais 30 dias a validade das cláusulas econômicas, diante da falta de negociação de um novo acordo de trabalho.

Como já foi lembrado anteriormente, este ano a negociação envolve apenas cláusulas de impacto financeiro, pois as demais têm validade até o ano que vem. Uma nova rodada de negociação vem sendo pedida à empresa, mas até agora não foi marcada devido à problemática que envolvia a votação da MP 868, e agora substituída por um projeto de lei.

5 DE JUNHO, DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE

Antes referência internacional, Brasil destrói a política de proteção ambiental

O Brasil assistirá a passagem do Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho, sem nada a oferecer de positivo à natureza e à sociedade, muito pelo contrário. Depois de se tornar referência internacional em proteção ambiental, o país está passando por um momento de desmonte de tudo o que foi construído até aqui.

Um fato recente é bem ilustrativo desse desmonte: através do Decreto 9.806, assinado na última terça (28), o presidente Bolsonaro desfigurou o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). Reduziu de 96 para 23 o número de conselheiros, atingindo sobretudo a participação da sociedade civil, que ficou com apenas 4 membros, e excluiu a participação de representantes indígenas, de trabalhadores, sanitaristas e comunidade científica daquele colegiado.

Existem outros exemplos bastante nefastos de agressões ambientais, como a liberação recorde de agrotóxicos (131 registros liberados somente este ano) e o crescimento vertiginoso do desmatamento. De acordo com o Instituto Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), somente nos primeiros meses deste ano o desmata-

mento na Amazônia Legal aumentou 54% em janeiro, na comparação com o mesmo mês do ano passado. Não por coincidência, os municípios da Amazônia que elegeram Bolsonaro no primeiro turno foram os que mais desmataram nos últimos 17 anos.

Bolsonaro é “fiador” do desmatamento e tem procurado isentar de multas e outras penalidades aqueles que desmatam. Escolheu uma empresária do campo, deputada líder da bancada ruralista, para chefiar o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a ela confiou a demarcação de terras indígenas, obviamente que não para demarcar, mas para reduzir territórios indígenas. Não bastasse isso, retirou a Fundação Nacional do Índio (Funai) do Ministério da Justiça e a relocou no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

Não se contentou apenas com isso: o governo transferiu a Agência Nacional das Águas (ANA) do Ministério do Meio Ambiente para o Ministério da Infraestrutura, jogou o Serviço Nacional Florestal para o Ministério da Agricultura, e extinguiu a Secretaria de Mudanças Climáticas. Também tentou cancelar conferência da ONU sobre o clima em Salvador, agora em agosto.

Tem feito duros ataques a órgãos de fiscalização e controle, como Ibama e Instituto Chico Mendes e tem falado em transformar estações ecológicas em parques turísticos, além de defender a retirada do Brasil de acordos internacionais sobre o clima.

Sob a batuta do atual governo o meio ambiente do Brasil não vale nada e sendo assim nada tem a comemorar em sua data.

Câmara de Vereadores de Salvador discute nesta quinta a privatização da água

Numa iniciativa da vereadora Marta Rodrigues (PT), a Câmara de Salvador promoverá audiência pública na próxima quinta (6), a partir das 8:30 horas, sobre parcerias público-privadas e sua utilização na privatização da água, contratos de programa e medidas privatizantes que estão sendo discutidas no Congresso Nacional.

Representantes da Prefeitura e do governo estadual foram convidados para debater a temática, juntamente com o representante dos (das) trabalhadores (as) no Conselho Deliberativo da Embasa e ex-presidente da empresa, Abelardo de Oliveira Filho, e o coordenador do Observatório Nacional do Saneamento, Marcos Montenegro. Também foram convidadas várias entidades da sociedade civil.

Eleições 2019 – Sindae Quinta tem assembleia para escolha da Comissão Eleitoral

O mandato da atual diretoria do Sindae estará chegando ao fim em outubro próximo e novas eleições estão sendo convocadas, seguindo o que determina o Estatuto da entidade. Assim, na próxima quinta (dia 6), às 17 horas, será realizada uma assembleia extraordinária em nosso auditório para a categoria escolher a Comissão Eleitoral que comandará o processo. Edital de convocação da assembleia está publicado neste boletim.

Uma das primeiras tarefas da Comissão será a definição de um calendário eleitoral, definindo o passo a passo e os respectivos prazos, incluindo a inscrição de chapadas e culminando com as datas de votação. A eleição vai abranger ocupantes dos cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal para a gestão 2019-2021. É importante que toda a categoria participe ativamente do processo eleitoral, afinal cabe a ela definir os rumos das lutas a serem travadas pela entidade.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia - SINDAE, na forma do seu Estatuto, convoca os seus associados para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 06.06.2019, no auditório do SINDAE, sito à Rua General Labatut, n.º 65 - Barris - Salvador - Bahia, em primeira convocação às 17h00min horas, com a presença de no mínimo 10% (dez por cento) dos associados, ou em segunda convocação às 17h30min horas, com qualquer número, para deliberar sobre a Eleição da Comissão Eleitoral que convocará as eleições de Diretoria e Conselho Fiscal para o mandato de 25.10.2019 a 24.10.2022.

Salvador, 03 de junho de 2019.
Danillo Libarino Assunção – Coordenador Geral

“Ah! se eu fosse um peixe
Ao contrário do rio
Nadava contra as águas.”

Luiz Gonzaga

Pela educação, contra a reforma da previdência: multidão faz novo protesto contra Bolsonaro

Uma manifestação na mesma dimensão dos atos do último dia 15 foi repetida pelos estudantes e professores na última quinta (30), em todo o país, em novo protesto contra os cortes de verbas da educação e contra a reforma da previdência. Em Salvador, cerca de 80 mil pessoas fizeram uma caminhada do Campo Grande até a Praça Castro Alves, gritando palavras de ordem contra o governo Bolsonaro e suas nefastas medidas contra a educação brasileira, como a que resultou no corte de 30% dos recursos das universidades e institutos federais, que correm o risco de suspender suas atividades. Muitos integrantes da manifestação portaram bandeiras pedindo a liberdade de Lula.

As manifestações também aconteceram por todo o país e, na Bahia, foram registradas nas principais cidades. Como o governo tem atacado diversas áreas, sobretudo a de saúde, as mais diferentes

entidades levaram suas pautas para a rua, “engrossando” a manifestação. Os protestos não vão parar: dia 14 tem greve geral no país, convocada pelas centrais sindicais, e estudantes e professores prometeram que irão participar. Assim, mais uma vez o movimento estudantil estará aliado com a classe trabalhadora, levando bandeiras a favor da educação, da saúde, da previdência social e do patrimônio nacional. Vale salientar que os cortes e desmontes na educação prejudicam aqueles (estudantes) que se preparam para ingressar no mercado de trabalho no futuro.

Professores e estudantes de universidades estaduais baianas, como Uesc, Uneb, Uefs e Uesb, também levaram seus protestos para as ruas e, após quase dois meses de greve, cobram do governo mais recursos para a educação e progressão de carreira. Enfim, querem “investimento tamanho G” no setor.

Professores e estudantes cobraram mais recursos para a educação e progressão de carreira. Enfim, querem “investimento tamanho G” no setor.

Dia 14, todos juntos: categoria aprova adesão à greve nacional

Por ampla maioria, trabalhadores (as) de água, esgoto e meio ambiente da Bahia decidiram aderir à greve geral no país convocada pela CUT e demais centrais sindicais para o próximo dia 14, contra a reforma da previdência e os cortes na educação. A adesão ao movimento foi tomada em assembleias realizadas entre quarta e sexta (dias 29, 30 e 31) da semana passada em unidades da Embasa, Cerb, Saae's e Emasa (Itabuna). Várias outras categorias de trabalhadores (as) decidiram, na semana passada, aderir aos protestos do dia 14.

Além de ter sob risco o seu direito à aposentadoria e à escola, sua e de seus filhos, a categoria do saneamento também enfrenta medidas do governo que visam o desmonte do setor, extinguindo empresas públicas, forçando milhões ao desemprego e forçando a privatização. Portanto, dia 14 estaremos juntos no protesto contra a reforma da previdência, em defesa do direito de se aposentar com dignidade, do emprego decente, em defesa do patrimônio nacional e de justiça social.

Governo estadual quer fazer saneamento através de regiões

Já aprovado em diferentes comissões temáticas, deve ser votado esta semana na Assembleia Legislativa o projeto de lei enviado pelo governo estadual criando 21 microrregiões de saneamento básico na Bahia. O objetivo é promover a integração regional para que as ações de abastecimento de água e esgotamento sanitário tenham mais eficiência e alcance junto à população. Outro efeito é dificultar a concessão dos serviços por um só município.

A tramitação do projeto nas comissões levantou algumas polêmicas, inclusive de que ele poderia favorecer a privatização do saneamento pelo governo estadual, conforme parlamentares da oposição. Deputados que apoiam o go-

verno rebateram, citando que o objetivo é impedir ou reduzir impactos de iniciativas privatizantes da parte do governo federal, além de estabelecer um marco regulatório para dar suporte às políticas estaduais de saneamento.

Presente na sessão de votação das comissões temáticas, o presidente da Embasa, Rogério Cedraz, negou intenção privatizante no projeto e disse que ele cria um novo modelo para o setor. “Com as microrregiões, você passa a ter condições melhores, principalmente no abastecimento de água, e você consegue fazer sistemas integrados, que dão um pouco mais de segurança hídrica para as regiões e possibilitam um melhor atendimento”, afirmou.

Sindae participa de reunião do Conselho Estadual de Proteção Ambiental

Às vésperas do Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho), o Conselho Estadual de Proteção Ambiental (Cepam) se reuniu no auditório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE na última sexta (31) e colocou em discussão dois mega empreendimentos capazes de produzir danos irreversíveis ao meio ambiente.

Um deles fica no município de Formosa do Rio Preto, região Oeste da Bahia, onde uma empresa privada está pronta para desmatar mais de 25 mil hectares de vegetação de cerrado, devastando um território que é considerado uma grande “caixa d’água” para o suprimento dos lençóis freáticos da Bahia e pondo em risco esse importante bioma. A propriedade da área desse empreendimento está sendo questionada na Justiça, num conflito que se arrasta há anos e tem colocado sob suspeita diversos integrantes do poder judiciário baiano.

O outro empreendimento fica na localidade chamada de “Cova da Onça”, na Ilha de Boipeba, município de Cairu. Ali, empresários do Rio de Janeiro estão buscando ocupar 20% da ilha, promovendo loteamentos de alto valor e cercando totalmente a comunidade, que ficará privada das suas atividades de sustentação, como a pesca artesanal, mariscagem e coleta de mangaba.

A situação é tão grave que o Ministério Público Federal enviou parecer ao Ine-



GRIGÓRIO ROCHA

ma recomendando suspender o processo de licenciamento ambiental do empreendimento devido a várias irregularidades observadas pelo órgão. Entre elas está ausência de documentação que comprove a propriedade da área, havendo suspeita de grilagem. O Cepam vai acompanhar de perto os dois casos e buscar mais informações junto aos órgãos competentes para se posicionar.

Visita à Cetrel – Além desses casos, na mesma reunião foram tratados outros temas, ficando decidida uma visita técnica à Cetrel no próximo dia 12. O Sindae, que é integrante do Cepam, fará parte da comitiva de conselheiros na visita à empresa.

Outro tema que gerou polêmica na reunião foi a análise do pedido de advocação do processo de licenciamento ambien-

tal do projeto da ponte Salvador – Itaparica, que foi encaminhado para receber parecer da Procuradoria Geral do Estado e retornará para discussão nas próximas reuniões do Cepam. Também foram discutidas a proposta de aprimoramento das audiências públicas em processos de licenciamento ambiental e a normalização do licenciamento ambiental dos resíduos de saúde.

Trabalhadores (as) do Saae de Juazeiro recusam proposta de acordo

ACERVO SINDAE



Por ampla maioria, trabalhadores (as) do Saae de Juazeiro decidiram em assembleia realizada na última sexta (31) manter as negociações visando o acordo coletivo deste ano. Eles recusaram a proposta da autarquia contemplando apenas o reajuste salarial de 5,07%, sem nenhuma discussão sobre ganho real de salário (a proposta pedida é de 1,5% acima da inflação).

A representação do Saae havia informado ao Sindicato que a Prefeitura não aceita ir além da reposição das perdas da inflação para evitar que as despesas de pessoal ultrapassem os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Como a proposta foi recusada, voltaremos à mesa de negociação e vamos solicitar reunião para esta semana.

Comissão restabelece gratuidade judicial cortada na reforma trabalhista

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), do Senado, aprovou projeto de Paulo Paim (PT-RS) que volta a assegurar gratuidade judiciária a trabalhadores (as), devolvendo parte dos direitos da classe trabalhadora que foi cortada na reforma trabalhista.

A reforma introduziu norma estabelecendo que o trabalhador, mesmo beneficiado pela gratuidade, deveria arcar com as custas judiciais caso o reclamante (autor da ação) não estivesse presente na audiência e, no caso de propor uma nova ação, também deveria fazer o recolhimento das custas. Uma - das muitas - mudança feita na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dificultar o acesso do empregado à Justiça do Trabalho, agradando em cheio os interesses dos patrões. A proposta agora segue para discussão no plenário.

ESTOQUE DE AÇÕES

– Como resultado da reforma trabalhista, o número de processos pendentes de julgamento caiu ao menor volume em seis anos. Levantamento do Tribunal Superior do Trabalho, com dados até outubro do ano passado, a Justiça do Trabalho tinha 1,2 milhão de ações à espera de julgamento naquela época, número igual ao registrado no fim de 2012. A redução alcançou 33%, e o estoque não para de baixar. Em dezembro de 2017, a Justiça do Trabalho acumulava um estoque de processos pendentes de 1,8 milhão.

As mudanças introduzidas pela reforma trabalhista impactaram diretamente o dia a dia das varas trabalhistas de todo o país, fazendo cair drasticamente o número de novas ações.

PLANTÃO DOS (AS) ADVOGADOS (AS) JUNHO/2019

ADVOGADO (A)	TURNO	ATENDIMENTO	
		TELEFONE	PESSOAL
Adv.º Eduardo eduardo@sindae-ba.org.br	Manhã Tarde	05, 12, 19 e 26 –	– 05, 12, 19 e 26
Adv.º Daniel daniel@sindae-ba.org.br	Manhã Tarde	– 06, 13 e 27	06, 13 e 27 –
Adv.ª Gabriela gabriela@sindae-ba.org.br	Manhã Tarde	– 04, 11, 18 e 25	04, 11, 18 e 25 –

Contato: (71) 3111-1700

Cetrel e DAC adiam negociação. BRK ainda não marcou reunião

A instabilidade política e incertezas quanto às medidas econômicas do governo estão deixando aturadas as empresas e afetando negociações entre elas e a classe trabalhadora. A Embasa já pediu adiamento de negociação do acordo coletivo duas vezes e na semana passada o mesmo aconteceu com a Cetrel e DAC. Com isso, o Sindicato

não pode apresentar uma contraproposta de acordo coletivo, o que deve fazer esta semana. Anteriormente, as duas empresas ofereceram 4% de reajuste salarial e mesmo percentual nas cláusulas de impacto financeiro, sendo a proposta recusada pelo Sindicato. A reunião com a BRK, apesar de nossa insistência, ainda não foi marcada.

Supremo corrige reforma trabalhista e impede grávida em local insalubre

Antes tarde do que nunca. Assim, passados quase dois anos da reforma trabalhista protagonizada pelo ex-presidente golpista Michel Temer, o Supremo Tribunal Federal devolveu à classe trabalhadora um direito roubado naquele grave ataque à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), proibindo o trabalho de grávidas e lactantes em atividades consideradas insalubres.

A decisão saiu na semana passada durante julgamento de uma ação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, na qual alegava “flagrante violação aos fundamentos da dignidade da

pessoa humana e dos valores sociais do trabalho, princípios norteadores da República Federativa do Brasil”. Agora volta a valer a norma anterior: quando a mulher engravidar, automaticamente será afastada de atividades consideradas perigosas para a sua saúde e a do bebê.

A reforma trabalhista (Lei 13.467) tinha afastado essa e outras 112 normas que conferiam direitos e proteção à classe trabalhadora. No caso da mulher grávida ou lactante, só previa o afastamento dessa mulher mediante atestado médico, colocando em risco a saúde da mulher e do bebê.

Gotad'água

EXPEDIENTE

Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia (Sindae), filiado à FNU/CUT;
Responsabilidade: Diretoria Executiva;
Editor: José Sinval Soares;
Tiragem: 8.000 exemplares;
Endereço: Rua General Labatut, nº 65, Barris. Salvador – Bahia
CEP: 40070-100; Tel.: (71) 3111-1700
Email: sindae@sindae-ba.org.br



TOMENota

TRANSIÇÃO ECOLÓGICA

Em alusão ao Dia Mundial do Meio Ambiente, o professor Márcio Pochmann, responsável pelo plano de governo do então candidato a presidente Fernando Haddad na temática ambiental, fará palestra nesta quarta (5), às 9 horas, na Assembleia Legislativa da Bahia. Vá falar sobre “Transição ecológica – Caminhos da Sustentabilidade”. Também haverá no local um ato político cobrando a implantação da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica.

ECONOMIA PARADA

Num governo sem adotar qualquer medida já passados mais de 100 dias de sua posse, só querendo reformas que cortam direitos da classe trabalhadora, o resultado não pode ser outro: a economia brasileira está parada, próxima de nova recessão. Segundo o IBGE, houve queda de 0,2% no Produto Interno Bruto (PIB) nos três primeiros meses deste ano. Nos dois trimestres anteriores as altas foram pífias: 0,5% e 0,1%. Ou seja, nada.

VELHO CHICO

Dentro das comemorações da Semana do Meio Ambiente, será relançada nesta segunda (3) em Juazeiro a campanha “Eu Viro Carranca pra Defender o Velho Chico”. A comunidade será mobilizada com palestras sobre preservação do rio e terá ainda ações de educação ambiental. Também haverá apresentações culturais na orla da cidade, onde está sendo construído o Parque Fluvial, até então uma área bastante degradada de Juazeiro.

CANUDO FORA

Mirando iniciativas já adotadas em alguns municípios brasileiros, Bom Jesus da Lapa, no Sudoeste baiano, também decidiu proibir a fabricação, comercialização e uso de canudos plásticos em seu território. A decisão foi tomada por unanimidade pela Câmara de Vereadores, semana passada, em sessão acompanhada por jovens estudantes e apoiadores de causas do meio ambiente. E lá foi “diagnosticado” o canudo: tem vida última de 4 minutos, em média (tempo de uso), contra 200 anos que leva para se decompor.

COMUNIDADE QUILOMBOLA

Depois de muita luta, finalmente a comunidade quilombola Mato Preto, no município de Iraquara (Chapada Diamantina), teve a certificação do governo federal daquela área como Remanescente de Quilombo. O reconhecimento foi conferido após processo da Fundação Cultural Palmares. Com mais esse título, a Bahia já teve 36 novas certificações de comunidades quilombolas nos últimos meses.

siga-nos: /sindaeba /sindaeba @sindaebahia /user/sindaeba